PREFEITURA MUNICIPAL DE CRAÍBAS

ESTADO DE ALAGOAS

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 305/2009, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2009

"INSTITUI NO MUNICIPIO DE CRAÍBAS A CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA PREVISTA NO ARTIGO 149-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E RATIFICA PROTOCOLO DE INTENÇÕES AUTORIZANDO O PODER EXECUTIVO A INTEGRAR O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA GESTÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRAÍBAS, ESTADO DE ALAGOAS, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Altera no Município de Craíbas, a contribuição para Custeio do Serviço de iluminação Pública – COSIP, prevista no artigo 149-A da Constituição Federal.

Parágrafo único - O serviço previsto no caput deste artigo compreende a iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos de uso comum, além da instalação, manutenção, melhoramento e expansao da rede de iluminaçao pública municipal, bem como a gestao do serviço.

Art. 2º - A Contribuição incide sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse, a qualquer título, de imóveis, edificados ou não, situados no território do Município de Craíbas.

Art. 3º - Consideram - se beneficiados por iluminação pública para efeito de incidência desta Contribuição, as construções ligadas, bem como os imóveis não edificados, localizados:

I – em ambos os lados das vias públicas de caixa única, mesmo que as luminárias estejam instaladas em apenas um dos lados;

II – em ambos os lados das vias publicas de caixa dupla quando a iluminação for central;

III – no lado em que estejam instaladas as luminárias no caso de vias públicas de caixa dupla, com largura superior a 10 (dez) metros;

IV – em todo o perímetro das praças públicas, independentemente da forma de distribuição das luminárias;

V – em escadarias ou ladeiras, independentemente da forma de distribuição das luminárias.

Art. 4º - Sujeito passivo da Contribuição é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de imóveis, edificados ou não, situados no Município de Craíbas.

§ 1°. São sujeitos passivos solidários da COSIP, o locatário, o comodatário ou possuidor indireto, a qualquer titulo, de imóvel edificado ou terreno situado no territorio do Municipio e que possua ou nao ligação privada e regular de energia elétrica.

§ 2°. O lançamento da contribuição poderá ser feito indicando como obrigado qualquer dos sujeitos solidários.

Art. 5° - Estão isentos da contribuição, os consumidores da classe: **PODER PÚBLICO MUNICIPAL E SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E** DEMAIS ATIVIDADES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL.

Art. 6° - O valor da COSIP será fixo, em moeda corrente, sendo lançado anualmente pelo Município para os imóveis não edificados e ativos de seu cadastro.

Parágrafo Único: A contribuição será variável de acordo com a área e a localização dos imóveis não edificados e de acordo com a quantidade de consumo e categoria de consumidor (consumidor residencial, comercial, industrial, consumo próprio, poder público, serviço público e rural), no caso de contribuintes proprietários, titulares do domínio útil, ou possuidores, a título precário ou não, de imóveis edificados.

Art. 7° - Ficam estabelecidos os seguintes valores e alíquotas da COSIP:

I – CONTRIBUINTES PROPRIETÁRIOS, TITULARES DO DOMÍNIO ÚTIL OU POSSUIDORES DE IMÓVEIS NÃO EDIFICADOS, PARA O EXERCÍCIO DE 2010:

A) Área até 50 m2: R$ (24,00) por ano;

B) Área de 50,1 m2: até 100 m2: R$ (48,00) por ano;

C) Área superior a 100 m2: (96,00) por ano.

II – CONTRIBUINTES PROPRIETÁRIOS, TITULARES DO DOMÍNIO ÚTIL, POSSUIDORES, A TÍTULO PRECÁRIO OU NÃO, DE IMÓVEIS EDIFICADOS E QUE TENHAM LIGAÇÃO REGULAR E PRIVADA DE ENERGIA ELÉTRICA NO MUNICÍPIO:

§ 1°. Os valores da COSIP devidas pelos consumidores serão obtidos através da multiplicação das ALÍQUTAS, constantes no ANEXO I desta Lei, pela TARIFA da respectiva Classe do Consumidor.

§ 2°. A determinação da classe/categoria de consumidor observará as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL – ou órgão regulador que vier a substituí-la.

§ 3°. O valor da COSIP, definido no art. 7° I, para os exercícios subseqüentes a 2010 será determinado mediante aplicação, sobre os valores definidos deste artigo, da variação da inflação anual (ente 1º de janeiro e 31 de dezembro) medida pela variação do IGPM/FGV, ou outro índice de preços que vier a ser aplicado para correção dos débitos tributários municipais.

§ 4º. Caso seja, por norma federal, admitida a correção monetária de débitos fiscais por período inferior a um ano civil, o valor da COSIP devida mensalmente passará a ser atualizada em periodicidade mensal, a partir do mês subseqüente ao da previsão normativa federal.

Art. 8º - O lançamento da COSIP definida no ART.7º -I, será feito diretamente pelo Município, anualmente, juntamente com o IPTU ou não, relativamente à contribuição devida pelos proprietários, titulares do domínio útil e possuidores de imóveis não edificados, na forma disposta em regulamento, o qual deverá estabelecer, inclusive, o prazo de pagamento da contribuição.

Art. 9º - A COSIP devida pelos proprietários, titulares do domínio útil, possuidores, a título precário ou não, e que tenham ligação regular e privada de energia elétrica, definida no ART.7º-II, será lançada mensalmente na fatura de energia elétrica e será paga juntamente com o seu consumo, em código de barra único, conforme PORTARIA da ANEEL Nº 969 de 01 de julho de 2008 que aprova a SÚMULA Nº007, e na forma de convênio a ser firmado entre o Município e a empresa concessionária distribuidora de energia elétrica titular da concessão para distribuição de energia no território do Município. Ficando como interveniente o CIGIP.

§ 1º. O convênio a que se refere este artigo deverá, obrigatoriamente, prever repasse imediato do valor arrecadado pela concessionária ao Município até o 15º (décimo quinto) dia útil de cada mês, não admitindo a retenção dos valores.

§ 2º. O montante devido e não pago da COSIP a que se refere o "caput" deste artigo, será inscrito em dívida ativa, por parte da autoridade competente, no ano seguinte à verificação da inadimplência, servindo como título hábil para a inscrição, a comunicação de inadimplência efetuada pela concessionária acompanhada de duplicata da fatura de energia elétrica não paga ou de outro documento que contenha os elementos previstos no art. 202 e incisos do Código Tributário Nacional.

Art. 10º - Fica criado o Fundo Municipal de Iluminação Pública – FUMIP, de natureza contábil e administrado pelo CIGIP – Consórcio Intermunicipal para Gestão da Iluminação Pública, para o qual deverão ser destinados todos os recursos arrecadados com a COSIP e que deverá custear os serviços de iluminação pública previstos nesta Lei.

Parágrafo Único: O FUMIP destinará até 80% da arrecadação mensal para quitar as faturas de iluminação pública (consumo de energia elétrica); 15% serão destinados a manutenção, melhorias e ampliação do parque elétrico municipal e 5% utilizado pelo CIGIP para manutenção dos serviços da instituição.

Art. 11º – O Poder Executivo deverá regulamentar a aplicação desta Lei, inclusive o convênio a ser firmado pelo Município a CEAL e o CIGIP na qualidade de interveniente para arrecadação da CIP a que se refere o "caput" do art. 9º, no prazo de 30 (trinta) dias após sua publicação, bem como fazendo a inserção da previsão desta receita na Lei de meios vigentes e subseqüentes.

Art. 12º – Fica autorizado o Poder Executivo mediante decreto fazer as Regulamentações que se fizerem necessárias nesta Lei.

Art. 13º Fica ratificado em todos os seus termos o Protocolo de intenções firmado em Assembleia Geral Ordinária na AMA – Associação dos Municípios Alagoanos, datado de 14 de maio de 2007. Objetivando a Constituição de Consórcio Público Intermunicipal para Gestão da iluminação Pública, parte integrante deste projeto.

Art. 14º - Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a celebrar Consórcio Intermunicipal de Gestão da Iluminação Pública objetivando o planejamento, a adoção e a execução de ações, programas e projetos destinados a promover a conservação, manutenção, otimização e expansão dos serviços, conforme especificado no Protocolo de intenções mediante contrato de Programa e Rateio.

Art. 15º – Fica autorizada a participação do Município no quadro de Consorciados do CIGIP, Associação Pública, de natureza autárquica, a ser constituída pelo Consórcio de que trata o artigo 2º desta Lei, para consecução dos seus objetivos.

Art. 16º - Fica o CIGIP sujeito à prestação de contas dos valores repassados pelo Município e arrecadado pela COSIP, de acordo com as normas vigentes.

Art. 17º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta do orçamento vigente, à conta de dotação específica, ficando o Chefe do Poder Executivo obrigado a locar recursos em seus orçamentos futuros para cobertura das despesas previstas nesta Lei.

Art. 18º - Fica autorizado o Poder Executivo a assinar acordo de parcelamento de débitos junto a CEAL em até 240 meses.

Art. 19º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Craíbas, estado de Alagoas aos 30(trinta) dias do mês de dezembro de 2009.

Edielson Barbosa de Lima

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no mural da Secretaria Municipal de Administração e Finanças no dia 30 de dezembro de 2009

1.SERVICO NOTARIAL E REGISTRAL - MACEIO
Rua Dr. Luiz Pontes de Miranda, N. 42
Centro - Maceio - Alagoas
RECONHECO por semelhanca 0001firma(s)de:
EDIELSON BARBOSA LIMA**********
MACEIO, 16 DE JUNHO DE 2010
EM TESTEMUNHO DA VERDADE.
CELSO SARMENTO PONTES DE MIRANDA
- Tabeliao Vitalicio -
MARIANA PONTES DE MIRANDA L. DE FARIAS
- Escrevente Substituta -
EDILMA RAMALHO
- Escrevente Autorizada -
Carimbo:1113082 - Operador: GENIL
Valor: R$ 3,00
Adm: Nossa gente em primeiro lugar
6

COSIP - Contribuição para Custeio da Iluminação Pública		
MUNICÍPIO : CRAIBAS		
CLASSE	FAIXA DE CONSUMO	Alíquotas
RESIDENCIAL	Até 30 Wh	9,482
RESIDENCIAL	De 31 a 50 KWh	13,241
RESIDENCIAL	De 51 a 60 KWh	18,793
RESIDENCIAL	De 61 a 100 KWh	24,485
RESIDENCIAL	De 101 a 150 KWh	31,053
RESIDENCIAL	De 151 a 200 KWh	43,141
RESIDENCIAL	De 201 a 250 KWh	50,093
RESIDENCIAL	De 251 a 300 KWh	56,475
RESIDENCIAL	De 301 a 350 KWh	64,482
RESIDENCIAL	De 351 a 400 KWh	74,484
RESIDENCIAL	De 401 a 450 KWh	81,186
RESIDENCIAL	De 451 a 500 KWh	88,555
RESIDENCIAL	De 501 a 600 KWh	103,410
RESIDENCIAL	De 601 a 700 KWh	117,410
RESIDENCIAL	De 701 a 800 KWh	122,203
RESIDENCIAL	De 801 a 900 KWh	137,620
RESIDENCIAL	De 901 a 1100 KWh	152,709
RESIDENCIAL	De 1101 a 1500 KWh	162,526
RESIDENCIAL	De 1501 a 2000 KWh	181,152
RESIDENCIAL	Acima de 2000 KWh	191,136

CLASSE	FAIXA DE CONSUMO	Alíquotas
CONSUMO PRÓPRIO	Até 30 Wh	9,766
CONSUMO PRÓPRIO	De 31 a 50 KWh	13,638
CONSUMO PRÓPRIO	De 51 a 60 KWh	19,357
CONSUMO PRÓPRIO	De 61 a 100 KWh	25,220
CONSUMO PRÓPRIO	De 101 a 150 KWh	31,985
CONSUMO PRÓPRIO	De 151 a 200 KWh	44,435
CONSUMO PRÓPRIO	De 201 a 250 KWh	51,596
CONSUMO PROPRIO	De 251 a 300 KWh	58,169
CONSUMO PRÓPRIO	De 301 a 350 KWh	66,416
CONSUMO PRÓPRIO	De 351 a 400 KWh	76,719
CONSUMO PRÓPRIO	De 401 a 450 KWh	83,622
CONSUMO PRÓPRIO	De 451 a 500 KWh	91,212
CONSUMO PRÓPRIO	De 501 a 600 KWh	106,512
CONSUMO PRÓPRIO	De 601 a 700 KWh	120,932
CONSUMO PRÓPRIO	De 701 a 800 KWh	125,869
CONSUMO PRÓPRIO	De 801 a 900 KWh	141,749
CONSUMO PRÓPRIO	De 901 a 1100 KWh	157,290
CONSUMO PRÓPRIO	De 1101 a 1500 KWh	167,402
CONSUMO PRÓPRIO	De 1501 a 2000 KWh	186,587
CONSUMO PRÓPRIO	Acima de 2000 KWh	196,870

CLASSE	FAIXA DE CONSUMO	Alíquotas
RURAL	Até 30 Wh	9,766
RURAL	De 31 a 50 KWh	13,638
RURAL	De 51 a 60 KWh	19,357
RURAL	De 61 a 100 KWh	25,220
RURAL	De 101 a 150 KWh	31,985
RURAL	De 151 a 200 KWh	44,435
RURAL	De 201 a 250 KWh	51,596
RURAL	De 251 a 300 KWh	58,169
RURAL	De 301 a 350 KWh	66,416
RURAL	De 351 a 400 KWh	76,719
RURAL	De 401 a 450 KWh	83,622
RURAL	De 451 a 500 KWh	91,212
RURAL	De 501 a 600 KWh	106,512
RURAL	De 601 a 700 KWh	120,932
RURAL	De 701 a 800 KWh	125,869
RURAL	De 801 a 900 KWh	141,749
RURAL	De 901 a 1100 KWh	157,290
RURAL	De 1101 a 1500 KWh	167,402
RURAL	De 1501 a 2000 KWh	186,587
RURAL	Acima de 2000 KWh	196,870

CLASSE	FAIXA DE CONSUMO	Alíquotas
COMERCIAL	Até 30 Wh	9,956
COMERCIAL	De 31 a 50 KWh	13,903
COMERCIAL	De 51 a 60 KWh	19,733
COMERCIAL	De 61 a 100 KWh	25,709
COMERCIAL	De 101 a 150 KWh	32,606
COMERCIAL	De 151 a 200 KWh	45,298
COMERCIAL	De 201 a 250 KWh	52,598
COMERCIAL	De 251 a 300 KWh	59,299
COMERCIAL	De 301 a 350 KWh	67,706
COMERCIAL	De 351 a 400 KWh	78,208
COMERCIAL	De 401 a 450 KWh	85,245
COMERCIAL	De 451 a 500 KWh	92,983
COMERCIAL	De 501 a 600 KWh	108,561
COMERCIAL	De 601 a 700 KWh	123,281
COMERCIAL	De 701 a 800 KWh	128,313
COMERCIAL	De 801 a 900 KWh	144,501
COMERCIAL	De 901 a 1100 KWh	160,344
COMERCIAL	De 1101 a 1500 KWh	170,652
COMERCIAL	De 1501 a 2000 KWh	190,210
COMERCIAL	Acima de 2000 KWh	200,693

CLASSE	FAIXA DE CONSUMO	Alíquotas
INDUSTRIAL	Até 30 Wh	10,430
INDUSTRIAL	De 31 a 50 KWh	14,565
INDUSTRIAL	De 51 a 60 KWh	20,672
INDUSTRIAL	De 61 a 100 KWh	26,934
INDUSTRIAL	De 101 a 150 KWh	34,158
INDUSTRIAL	De 151 a 200 KWh	47,455
INDUSTRIAL	De 201 a 250 KWh	55,102
INDUSTRIAL	De 251 a 300 KWh	62,123
INDUSTRIAL	De 301 a 350 KWh	70,930
INDUSTRIAL	De 351 a 400 KWh	81,932
INDUSTRIAL	De 401 a 450 KWh	89,305
INDUSTRIAL	De 451 a 500 KWh	97,411
INDUSTRIAL	De 501 a 600 KWh	113,751
INDUSTRIAL	De 601 a 700 KWh	129,151
INDUSTRIAL	De 701 a 800 KWh	134,423
INDUSTRIAL	De 801 a 900 KWh	151,382
INDUSTRIAL	De 901 a 1100 KWh	167,980
INDUSTRIAL	De 1101 a 1500 KWh	178,779
INDUSTRIAL	De 1501 a 2000 KWh	199,267
INDUSTRIAL	Acima de 2000 KWh	210,250

CLASSE	FAIXA DE CONSUMO	Alíquotas
SERVIÇO PÚBLICO	Até 30 Wh	10,335
SERVIÇO PÚBLICO	De 31 a 50 KWh	14,433
SERVIÇO PÚBLICO	De 51 a 60 KWh	20,484
SERVIÇO PÚBLICO	De 61 a 100 KWh	26,689
SERVIÇO PÚBLICO	De 101 a 150 KWh	33,848
SERVIÇO PÚBLICO	De 151 a 200 KWh	47,024
SERVIÇO PÚBLICO	De 201 a 250 KWh	54.601
SERVIÇO PÚBLICO	De 251 a 300 KWh	61,558
SERVIÇO PÚBLICO	De 301 a 350 KWh	70,285
SERVIÇO PÚBLICO	De 351 a 400 KWh	81,188
SERVIÇO PÚBLICO	De 401 a 450 KWh	88,493
SERVIÇO PÚBLICO	De 451 a 500 KWh	96,525
SERVIÇO PÚBLICO	De 501 a 600 KWh	112,717
SERVIÇO PÚBLICO	De 601 a 700 KWh	127,977
SERVIÇO PÚBLICO	De 701 a 800 KWh	133,201
SERVIÇO PÚBLICO	De 801 a 900 KWh	150,006
SERVIÇO PÚBLICO	De 901 a 1100 KWh	166,453
SERVIÇO PÚBLICO	De 1101 a 1500 KWh	177,153
SERVIÇO PÚBLICO	De 1501 a 2000 KWh	197,456
SERVIÇO PÚBLICO	Acima de 2000 KWh	208,338

CLASSE	FAIXA DE CONSUMO	Alíquotas
PODER PÚBLICO	Até 30 Wh	10,904
PODER PÚBLICO	De 31 a 50 KWh	15,227
PODER PÚBLICO	De 51 a 60 KWh	21,612
PODER PÚBLICO	De 61 a 100 KWh	28,158
PODER PÚBLICO	De 101 a 150 KWh	35,711
PODER PÚBLICO	De 151 a 200 KWh	49,612
PODER PÚBLICO	De 201 a 250 KWh	57,607
PODER PÚBLICO	De 251 a 300 KWh	64,946
PODER PÚBLICO	De 301 a 350 KWh	74,154
PODER PÚBLICO	De 351 a 400 KWh	85,657
PODER PÚBLICO	De 401 a 450 KWh	93,364
PODER PÚBLICO	De 451 a 500 KWh	101,838
PODER PÚBLICO	De 501 a 600 KWh	118,922
PODER PÚBLICO	De 601 a 700 KWh	135,022
PODER PÚBLICO	De 701 a 800 KWh	140,533
PODER PÚBLICO	De 801 a 900 KWh	158,263
PODER PÚBLICO	De 901 a 1100 KWh	175,615
PODER PÚBLICO	De 1101 a 1500 KWh	186,905
PODER PÚBLICO	De 1501 a 2000 KWh	208,325
PODER PÚBLICO	Acima de 2000 KWh	219,806

ORDEM DE FORNECIMENTO

REFERÊNCIAS: PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2013- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2013

Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de Materiais Elétricos

Fundamentação Legal: Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e Decreto nº 3.931/01.

CONTRATANTE:	**Consórcio Intermunicipal para Gestão da Iluminação Pública CNPJ Nº 08.917.588/0001-54**
FORNECEDOR:	**INCOMEL COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA CNPJ Nº 12.845.236/0001-08**

PREFEITURA CONSORCIADA: CRAÍBAS

Item	Descrição dos Materiais	Und	Quant.	Preço Unitário	Preço Total
1	Lâmpada Vapor Mercúrio (Nacional) 80W	UND	1000	R$ 7,90	R$ 7.900,00
2	Receptáculo de Louça reforçado E-27	UND	200	R$ 2,45	R$ 490,00
				PREÇO TOTAL	**R$ 8.390,00**

Dotação orçamentária: 01.10.15.452.0000.2.001 – Manutenção e Cadastramento da Iluminação Pública - CIGIP
Elemento de despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo.

CELEBRAÇÃO DA ATA: 29 de Maio de 2013 | **VALIDADE DA ATA: 29 de Maio de 2014**

AUTORIZO a Empresa **INCOMEL COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, CNPJ Nº 12.845.236/0001-08**, a partir da presente data, proceder o fornecimento de todos os itens acima especificados, consoante ao "**subitem 5.3**", ***(5.3. O prazo de entrega do objeto será de 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento)***, sob pena das aplicações da "**Cláusula 10**" da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2013**

Maceió/AL, 31 de Maio de 2013.

Arlindo Garrote da Silva Neto
Diretor Presidente

Recebi em ___/___/2013

INCOMEL COM. DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA
Contratada

INCOM L COM. MAT. ELET. LTDA - Mat

AV COMENDADOR LEAO Nº 167
JARAGUA - MACEIO-AL
CEP 57025-000
FONE (82)3216-3300
www.incomel.com.br

DANFE
Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica
0- ENTRADA
1- SAÍDA [1]
Nº 000.019.314
SÉRIE 1
FOLHA 1/1

CHAVE DE ACESSO
2713 0712 8452 3600 0108 5500 1000 0193 1410 0019 3140

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz autorizadora

NATUREZA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
5102 - VENDA NO ESTADO	327130006628072 06/07/2013 11:17:24

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ
240733932		12.845.236/0001-08

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL	CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
CONSORCIO INTERMUNICIPAL P GESTAO DA ILUMI PUBLICA	08.917.588/0001-54	06/07/2013

ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	DATA DA SAIDA / ENTRADA
AV DOM ANTONIO BRANDAO 218	FAROL	57051-190	06/07/2013

MUNICÍPIO	FONE/FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DE SAÍDA
MACEIO	(82)2122-7349	AL	ISENTO	11:14:11

DUPLICATAS

NÚMERO	VENCIMENTO	VALOR
00019314-A	27/07/2013	8.390,00

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
490,00	83,30	0,00	0,00	8.390,00

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.390,00

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
	0-EMITENTE				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

ANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LIQUÍDO
0	UN/			0,000	0,000

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO

CÓD.PROD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID.	QUANT.	V.UNITÁRIO	DESC %	V.TOTAL	BC.ICMS	V.ICMS	V.IPI	ALÍQ. ICMS	ALÍQ. IPI
111821	LAMP VME 80W G-LIGHT E-27	85393200	060	5403	UN	1.000,0000	7,9000	0,00	7.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
023250	SOQ LOUCA DECORL E27 MT-2303	85366100	000	5102	UN	200,0000	2,4500	0,00	490,00	490,00	83,30	0,00	17,00	0,00

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR TOTAL DO ISSQN
900044250	0,00	0,00	0,00

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
R123000.FT PREF. CRAIBAS VENDEDOR: MAX	

Desenvolvido por ©Inform Sistemas Ltda.

M[illegible]DORIA
E[illegible]CIE
26/07/13

ORDEM DE FORNECIMENTO

REFERÊNCIAS: PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2013- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2013

Objeto: Fornecimento de Materiais Elétricos

Fundamentação Legal: Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e Decreto nº 3.931/01.

Contratante:	**Consórcio Intermunicipal para Gestão da Iluminação Pública CNPJ Nº 08.917.588/0001-54**
Contratado:	**ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-ME CNPJ Nº 15.984.883/0001-99**

PREFEITURA CONSORCIADA: CRAÍBAS

Item	Componentes	UND	Quant.	Preço Unitário	Preço Total
1	*Fita Isolante de baixa tensão 20m*	UND	20	R$ 3,00	R$ 60,00
2	Fio Trançado Flexível de 2,5mm	PÇS	5	R$ 199,00	R$ 995,00
3	Par de Botas de Segurança nº 38	UND	1	R$ 45,70	R$ 45,70
4	Par de Botas de Segurança nº 39	UND	1	R$ 45,70	R$ 45,70
5	Par de Botas de Segurança nº 42	UND	2	R$ 45,70	R$ 91,40
6	Cinto de Segurança para Eletricista	UND	3	R$ 139,00	R$ 417,00
7	Chave Teste Neon	UND	3	R$ 5,90	R$ 17,70
8	*Capacete Aba Frontal com Jugular*	UND	3	R$ 57,40	R$ 172,20
9	Luva de Alta Tensão Classe 0 para 1000V	UND	3	R$ 399,00	R$ 1.197,00
10	Alicate Universal Isol "8"	UND	6	R$ 29,50	R$ 177,00
11	Fio Sólido de 2,5mm	PÇS	2	R$ 97,00	R$ 194,00
12	Parafuso cabeça quadrada aço 16 x 250 com Porca	UND	150	R$ 5,30	R$ 795,00
				PREÇO TOTAL	**R$ 4.207,70**

Dotação orçamentária: 01.10.15.452.0000.2.001 – Manutenção e Cadastramento da Iluminação Pública - CIGIP
Elemento de despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo.

CELEBRAÇÃO: 29 de Maio de 2013 | **VALIDADE: Até 29 de Maio de 2014**

AUTORIZO a Empresa **ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-ME CNPJ Nº 15.984.883/0001-99**, a partir da presente data, proceder o fornecimento de todos os itens acima especificados, consoante ao "**subitem 5.3**", ***(5.3. O prazo de entrega do objeto será de 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento)***, sob pena das aplicações da "**Cláusula 10**" da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2013**

Maceió/AL, 31 de Maio de 2013.

Arlindo Garrote da Silva Neto
Diretor Presidente

Recebi em ___/___/2013

ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-ME
Contratada

RECEBEMOS DE ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA OS PRODUTOS/SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		NF-e Nº 000.005.433 SÉRIE: 1
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	

ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA

RUA GOIAS ESQ C/ RUA SANTOS DUMONT, SN - QD 20 LT 5 - CENTRO, Senador Canedo, GO - CEP: 75250000 - Fone/Fax: 6239216599

DANFE

Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

0 - Entrada
1 - Saída **1**

Nº 000.005.433
SÉRIE: 1
Página 1 de 1

CONTROLE DO FISCO

CHAVE DE ACESSO
5213 0615 9848 8300 0199 5500 1000 0054 3310 0406 0618

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
VENDA DE MERCADORIA		152130352541214 - 28/06/2013 14:32
INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIB.	CNPJ
105067938		15.984.883/0001-99

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL			CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA GESTAO DA ILUMINACAO PUBLICA			08.917.588/0001-54	28/06/2013
ENDEREÇO	BAIRRO/DISTRITO		CEP	DATA DE ENTRADA/SAÍDA
AV DOM ANTONIO BRANDAO, 218 -	FAROL		57051-190	
MUNICÍPIO	FONE/FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DE ENTRADA/SAÍDA
Maceio		AL	ISENTO	

FATURA

PAGAMENTO A PRAZO

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST	VALOR DO ICMS ST	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
2.016,20	342,76	0,00	0,00	4.207,70

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.207,70

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
	0 - Emitente				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID.	QTD.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL	BC ICMS	VLR. ICMS	VLR. IPI	ALÍQ. ICMS	ALÍQ. IPI
01	PARAFUSO CABEÇA QUADRA AÇO 16x250 C/ PORCa	99	060	6404	UN	150,0000	5,3000	795,00					
02	FIO SOLIDO 2,5mm² - COLORIDO - ANTI CHAMA - PC	99	060	6404	UN	2,0000	97,0000	194,00					
03	CABO FLEX. DE 2,5mm² - TORCIDO - ANTI CHAMA - PÇ	99	060	6404	UN	5,0000	199,0000	995,00					
04	FITA ISOLANTE ANTI - CHAMA - BAIXA TENSÃO DE 20MT - PÇ	99	060	6404	UN	20,0000	3,0000	60,00					
05	CAPACETE ABA FRONTAL C/ JUGULAR	99	000	6108	UN	3,0000	57,4000	172,20	172,20	29,27		17,00	
06	BOTA DE COURO	99	000	6108	UN	4,0000	45,7000	182,80	182,80	31,08		17,00	
07	CINTO DE SEGURANÇA PARA ELETRICISTA	99	000	6108	UN	3,0000	139,0000	417,00	417,00	70,89		17,00	
08	LUVA DE ALTA TENSÃO CLASSE 0 PARA 100 0V	99	000	6108	UN	3,0000	399,0000	1.197,00	1.197,00	203,49		17,00	
09	ALICAE UNIVERSAL 8"	99	000	6108	UN	6,0000	29,5000	177,00	29,50	5,02		17,00	
10	TESTE NEON	99	000	6108	UN	3,0000	5,9000	17,70	17,70	3,01		17,00	

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
'' SOLICITAMOS QUE CONFIRA A MERCADORIA NO ATO DA ENTREGA, POIS NÃO ACEITAMOS RECLAMAÇÕES POSTERIORES" // BCO DO BRASIL - AG. 3656-0 C/C 22035-3 // PP 01/2013 // LOCAL DE ENTREGA: ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA / CRAIBAS	

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA
GESTÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2013

REGISTRO DE PREÇOS

FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS

EDITAL

Pregão Presencial nº 01/2013
REGISTRO DE PREÇOS
Tipo: Menor Preço Por Item

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA GESTÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CIGIP,** associação pública inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.917.588/0001-54, torna público para o conhecimento das empresas e demais interessados, que fará realizar licitação sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** do **TIPO MENOR PREÇO POR ITEM** às **09:00 (nove) horas do dia 16 de Maio de 2013**, em sessão pública, na sala de Reunião do Setor de Licitações, situada na Av. Dom Antônio Brandão, nº. 218, Farol, Maceió/AL, CEP: 57.051-190, conforme solicitações dos Municípios Consorciados, obedecendo rigorosamente aos termos, especificações, instruções e condições contidas neste instrumento e seus anexos.

O presente certame, e a contratação dele decorrente, obedecerão integralmente à Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiariamente, às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, bem como pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e demais normas sobre licitação em vigor, e condições estabelecidas neste Edital.

Este Edital e seus Anexos encontram-se à disposição das empresas interessadas na Sede do **CIGIP**, acima citado, no horário das 08:00 às 12:00, até o dia que antecede à data do Certame.

1. DO OBJETO:

1.1. A presente licitação tem por objeto formalização de Ata de Registro de Preços para fornecimento de Materiais Elétricos, para atender as necessidades dos Consórcio Intermunicipal para Gestão da Iluminação Pública/AL, nas quantidades e especificações aduzidas no Anexo I deste Edital.

2. DOS VALORES E DOS RECURSOS FINANCEIROS:

2.1. O valor estimado para fornecimento dos Materiais Elétricos, objeto deste certame, estão alocados no orçamento vigente.

2.2. As despesas decorrentes do fornecimento dos Materiais Elétricos para o exercício de 2013, consignadas nas seguintes rubricas:
Função Programática: 01.10.01.10.15.452.0000.2.001 – Manutenção e Cadastramento da Iluminação Pública - CIGIP
Elemento de despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

3. DA PARTICIPAÇÃO:

3.1. Poderão participar as empresas interessadas, pertinentes ao ramo de atividade

relacionada ao objeto deste certame, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos, desde que:

3.1.1. Desempenhem atividades pertinentes e compatíveis com o objeto deste Pregão;

3.1.2. Atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste Edital.

3.2. Não serão admitidas nesta licitação as participações de licitantes:

3.2.1. Em processo de falência, recuperação judicial, extrajudicial, de insolvência, ou sob outra forma de concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.2.2. Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;

3.2.3. Que estejam com o direito de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal para Gestão da Iluminação Pública (CIGIP/AL) suspenso;

3.2.4. Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, quaisquer que seja sua forma de constituição;

3.2.5. Estrangeiras que não funcionem no País.

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

4.1. A licitante deverá se apresentar para o credenciamento junto ao Pregoeiro através de 01 (um) representante/preposto, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório.

4.2. Cada licitante credenciará apenas 01 (um) representante que será o único admitido a intervir nas fases dos procedimentos licitatórios e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

4.3. Por credenciamento entende-se a apresentação conjunta dos seguintes documentos regularmente autenticados em Cartório Oficial:

I – cópia do documento oficial de identidade ou outro equivalente que contenha foto;

II - procuração que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da licitante, ou documento no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações, no caso de o representante ser sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da licitante, em decorrência de tal investidura.

4.4. Caso a procuração seja particular, deverá ter firma reconhecida e estar acompanhada dos documentos comprobatórios dos poderes do outorgante.

4.5. A não-apresentação ou a incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento não impedirá a participação da licitante no presente certame licitatório, porém, impedirá o suposto representante de praticar atos no processo licitatório em nome da empresa.

4.6. O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado.

4.7. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante, bem como se o mesmo for sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado de outra empresa que esteja presente no certame.

5. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES:

5.1. No dia, hora e local designados neste Edital, na presença dos interessados ou seus representantes, devidamente credenciados, e demais pessoas que queiram assistir ao ato, o Pregoeiro, que dirigirá a sessão, após abertura da mesma, receberá os documentos abaixo relacionados, de cada licitante, admitindo-se, contudo, a entrega por pessoas não credenciadas, sendo registrados em ata os nomes das licitantes:

I - declaração, separada de qualquer dos envelopes exigidos no inciso IV deste

subitem, dando ciência de que cumpre os requisitos de habilitação para o presente certame licitatório, exceto quanto à regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, que somente será exigida por ocasião da assinatura da Ata de Registro de Preços e, se for o caso, declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme modelo sugestão contido no Anexo II deste Edital;

II - declaração, separada de qualquer dos envelopes exigidos no inciso IV deste subitem, assinada por quem de direito, se for o caso, que a empresa é considerada MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE, consoante incisos I e II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, conforme modelo sugestão contido no Anexo V deste Edital;

III – declaração, separada de qualquer dos envelopes exigidos no inciso IV deste subitem, assinada por quem de direito, de elaboração independente de proposta, conforme modelo constante do anexo VII do edital, em cumprimento ao disposto na Portaria SDE Nº 51, de 03 de julho de 2009, da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça.

IV – em envelopes devidamente fechados, a documentação exigida para Proposta de Preços (Envelope "A") e Habilitação (Envelope "B").

5.2 A não entrega das declarações exigidas nos incisos I e III do subitem 5.1 deste Edital implicará o não-recebimento, por parte do Pregoeiro, dos envelopes contendo a documentação da Proposta de Preços e de Habilitação e, portanto, a não-aceitação da licitante no certame licitatório.

5.2.1 As declarações de que tratam este subitem poderão ser produzidas de próprio punho na sessão do certame, desde que o representante possua outorga de poderes para tal feito.

5.3. Tão logo tenham sido recebidos os documentos exigidos na licitação, na forma do subitem 6.1 deste Edital, o Pregoeiro comunicará aos presentes que a partir daquele momento não mais serão admitidas novas licitantes ao certame.

5.4. Encerrada a fase de recepção dos documentos exigidos na licitação, o Pregoeiro concluirá, se ainda não o tiver feito, o exame dos documentos pertinentes aos credenciamentos dos representantes das licitantes, tal como previsto no item 6 supra, exame este iniciado antes da abertura da sessão.

5.5. Concluídas a fase de recepção dos documentos exigidos na licitação e de credenciamento dos representantes das licitantes, o Pregoeiro promoverá a abertura dos envelopes que contêm as propostas de preços, conferindo-as e rubricando-as em todas as suas folhas.

5.6. Após o início da abertura dos envelopes contendo as propostas de preços não caberá desistência do licitante, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente, e aceito pelo Pregoeiro.

6. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

6.1. Os conjuntos de documentos relativos às propostas de preços e à habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, opacos, rubricados no fecho e identificados com o nome da licitante, o número da licitação e, respectivamente, os títulos dos conteúdos ("Propostas de Preços" e "Documentos de Habilitação"), na forma dos incisos I e II a seguir:

I - Envelope contendo os documentos relativos às Propostas de Preços:

ENVELOPE "A" – PROPOSTAS DE PREÇOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA GESTÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
(CIGIP/AL)
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2013
DIA 16/05/2013 – 09:00 HORAS
OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:
CNPJ

II - Envelope contendo os Documentos de Habilitação:

ENVELOPE "B" – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA GESTÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
(CIGIP/AL)
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2013
DIA 16/05/2013 – 09:00 HORAS
OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:
CNPJ

6.2. Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente, ou ainda, por meio de publicação em órgão de imprensa oficial.
6.3. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em *fac símile*, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos ou gráficos apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

7. DO ENVELOPE "A" – PROPOSTAS DE PREÇOS:

7.1. O envelope "A" conterá as propostas de preços da licitante, que deverá atender aos seguintes requisitos:
7.2. Constar 01 (uma) via, impressa em papel timbrado do licitante, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnica de uso corrente, redigida com clareza sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricadas todas as folhas pelo representante legal da licitante ou por quem de direito;
7.3. Indicar nome ou razão social da licitante, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como: nome, estado civil, profissão, nº do CPF e Carteira de Identidade, domicílio e cargo na empresa, para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços;
7.4. Conter prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;
7.5. Conter a marca e, quando possível, modelo e o nome do fabricante dos produtos ofertados;
7.6. Ser apresentados preços, de acordo com o objeto deste Edital, unitários e totais correspondentes aos itens e ao valor global do LOTE ofertado, sendo este último em algarismo e por extenso, de acordo com a ordem dos itens dispostos no Anexo I, em moeda corrente nacional (R$), com duas casas decimais depois da vírgula. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais prevalecerão os primeiros, e os expressos em algarismos e por extenso, serão considerados este último;
7.7. Declaração expressa na proposta de que os preços apresentados incluem todos os custos e despesas, tais como, e sem se limitar a: custos direitos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, produtos, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e

seus Anexos;
7.8. Constar declaração de que o fornecimento dos Materiais Elétricos poderão ser feitos de forma total ou parcial, e sua entrega realizada no prazo de até 15 (quinze) dias, contados após cada solicitação, mediante o recebimento da Ordem de Fornecimento expedida pela CIGIP;
7.9. Constar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços, ou qualquer outra condição que induza ao julgamento subjetivo de mais de um resultado;
7.10. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidas da proposta ou incorretamente cotadas serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os objetos ser fornecidos ao Município Consorciado sem ônus adicionais;
7.11. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;
7.12. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
7.13. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
7.14. A licitante que no ato da sessão impugnar ou aduzir erros ou impropriedades quanto ao produto pertinente às propostas apresentadas pelas demais licitantes, no que concerne a sua composição, fabricação, gramatura, ou qualquer outro fato que repute relevante, deverá apresentar os elementos necessários para provar as suas alegações. A não-comprovação, por parte da impugnante, dentro do prazo fixado pelo Pregoeiro, facultará ao CIGIP à instauração de processo administrativo para apurar o retardamento do certame em face de alegações insubsistentes e impertinentes ao interesse do CIGIP.
7.15. A Proposta de Preços terá de ser assinada por quem tenha capacidade de representar a empresa, ativa e passivamente, nos atos judiciais e extrajudiciais, ou por seu procurador com poderes para tanto.
7.16. Serão desclassificadas:
a) As propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;
b) Propostas com preços manifestamente inexeqüíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;
c) A proposta que não contemplar o preço de todos os itens constantes do lote.

8. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:

8.1. O Pregoeiro informará às participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preços para fornecimento dos Materiais Elétricos, objeto da presente licitação, bem como informará os respectivos preços propostos.
8.2. Será desclassificada a proposta que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todas as concorrentes.
8.3. Serão classificadas e proclamadas pelo Pregoeiro as licitantes que apresentarem as propostas de menor preço por **ITEM** e as demais cujas propostas estejam com preços superiores em até 10% (dez por cento) em relação à de menor preço, conforme disposto no inciso VIII, do Art. 4º da Lei nº 10.520/2002.
8.4. Caso não haja, no mínimo, 03 (três) propostas de preços nas condições definidas

no subitem anterior, o Pregoeiro classificará e proclamará as melhores propostas subseqüentes, até que haja no máximo 03 (três) licitantes classificadas, quaisquer que sejam os preços ofertados, conforme disposto no inciso IX, do Art. 4º da Lei nº 10.520/2002.

8.5. Para as licitantes classificadas, conforme estabelecido no subitem 8.3 ou 8.4 será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos e de valores decrescentes.

8.6. O Pregoeiro convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma seqüencial, a apresentarem lances verbais, a partir da proposta classificada de maior preço e, as demais, em ordem decrescente de valor.

8.7. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.8. Para efeito de classificação, será considerada proposta final aquela cuja licitante não credencie, na forma do item 4 deste edital, representante para o ato de abertura do pregão.

8.9. Caso não mais se realizem lances verbais, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas exclusivamente pelo critério de menor preço.

8.10. Após a etapa de lances, sendo verificada a ocorrência de empate ficto, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

8.11. Entende-se por empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

8.12. Para efeito do disposto no subitem 8.10, ocorrendo o empate ficto, proceder-se-á da seguinte forma:

I - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para, conforme sua conveniência, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - Não ocorrendo a adjudicação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do inciso anterior, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.11, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.13. Na hipótese dos subitens 8.11 e 8.12, caso a Microempresa e/ou Empresa de Pequeno Porte não oferte lance, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.14. O disposto no subitem 8.12 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

8.15. O Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentados pela primeira classificada, conforme definido neste Edital e seus anexos, decidindo motivadamente a respeito.

8.16. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições de habilitação.

8.17. A licitante que apresentar documentação de habilitação incompleta ou incorreta,

certidões vencidas ou que não comprovem a regularidade a que se destinam, será declarada inabilitada, com ressalvas às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte quanto à regularidade fiscal, na forma do art. 43, da Lei Complementar nº 123/2006.
8.18. Constatado o atendimento pleno às exigências do Edital, será declarada a licitante vencedora, sendo-lhe adjudicado pelo Pregoeiro o objeto da presente licitação.
8.19. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências da habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subseqüente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.
8.20. O Pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante para que seja obtido o menor preço.
8.21. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes presentes.
8.22. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.
8.23. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta. Em caso de divergência entre informações contidas nos documentos exigidos pelo Edital e em outros apresentados, porém não exigidos, prevalecerão as primeiras.
8.24. No caso da licitante ser uma Microempresa ou uma Empresa de Pequeno Porte, se esta apresentar restrições na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, a partir da declaração da licitante vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do CIGIP, para regularização da documentação, nos termos do § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, com vista à contratação.

9. DO ENVELOPE "B" – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

9.1. É condição básica para a fase de habilitação, que a licitante apresente, em um envelope, cópias autenticadas, em cartório, dos documentos abaixo relacionados, com prazo vigente, em uma via.
9.2. A licitante deverá apresentar declaração de que não possui em seus quadros de pessoal empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº 9.854/99), de acordo com o modelo sugestão aduzido no Anexo III deste Instrumento.
9.3. A licitante deve declarar, sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fato que possa impedir a sua habilitação neste certame, conforme modelo Anexo IV.
9.4. Os demais documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por meio de cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou na forma do subitem 6.2, os quais se referem a:

9.4.1. Habilitação Jurídica:

a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e suas alterações, ou consolidação, devidamente registrados, se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores devidamente autenticados;
b) Decreto de autorização, em se tratando de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir (conforme o

caso).

9.4.2. Qualificação Técnica:

a) Apresentação de pelo menos 01 um atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando o fornecimento de Materiais Elétricos;

9.4.3. Qualificação Econômico-Financeira:

a) Comprovação de capital social integralizado ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado do presente certame;

b) Certidão que comprove a inexistência de falência, recuperação judicial ou concordata, expedida pelo Distribuidor da Comarca sede da licitante.

9.4.4. Regularidade Fiscal:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;

b) Prova de inscrição no Cadastro Estadual e/ou Municipal de Contribuintes, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional);

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da licitante;

e) Certificado de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por de Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

f) Certidão Negativa de Débito emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);

g) Certidão Negativa de Débitos Federais (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho (Inciso IV do Art. 27, incluído pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011).

h) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, comprovada mediante o fornecimento de Certidão de Regularidade Fiscal Municipal emitida pela Prefeitura Municipal do domicílio ou sede da licitante;

9.5. Disposições Gerais da Habilitação:

a) A empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar também o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

b) Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;

c) Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a licitante inabilitada;

d) Documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação da licitante.

10. DOS RECURSOS:

10.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar as contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência

do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à vencedora.
10.3. Qualquer recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
10.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
10.5. A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento e, se oral, será reduzida a termo em ata.
10.6. Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas às interessadas na sala de Reunião do Setor de Licitação, no endereço acima nos dias úteis, no horário de 8:00 às 12:00 horas. Não serão reconhecidos os recursos interpostos, enviados por fax ou após terem vencidos os respectivos prazos legais.

11. DA HOMOLOGAÇÃO E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

11.1. Decididos os eventuais recursos administrativos interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará o pregão.
11.2. Homologado o resultado da licitação, o CIGIP, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedoras a serem registrados, convocará as interessadas para a assinatura da Ata de Registro de Preços que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no presente instrumento licitatório.
11.3. As convocações de que tratam o subitem anterior deverão ser atendidas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do CIGIP, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei nº 8.666/93 e neste edital.
11.4. A Ata firmada com as licitantes fornecedoras observará a minuta constante no Anexo VI, podendo ser alterada nos termos dos Arts. 57 e 58 da Lei nº 8.666/93.
11.5. Sempre que a licitante vencedora não atender à convocação, nos termos definidos no subitem 11.2, é facultado ao Cigip, dentro do prazo e condições estabelecidos, convocar remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, ou revogar o item específico ou o Registro de Preços.
11.6. Ao assinar a Ata de Registro de Preços, a Adjudicatária obriga-se a fornecer os bens a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as condições mais favoráveis ao CIGIP.
11.7. A Ata de Registro de Preços vigerá pelo prazo de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, conforme dispõe o § 2º, do Art. 4º do Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2001.
11.8. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao CIGIP, desde que devidamente comprovada a vantagem.
11.9. Os órgãos e entidades que não participaram do presente Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, deverão manifestar seu interesse junto ao CIGIP, para que esta indique as possíveis fornecedoras e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação.
11.10. Caberá a fornecedora beneficiária da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

11.11. As aquisições ou contratações adicionais a que se referem os subitens 11.8 e 11.9 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA:

12.1. As obrigações da adjudicatária são aquelas constantes na Ata de Registro de Preços (Anexo VI) do edital.

13. DA ENTREGA DO OBJETO:

13.1. A empresa Vencedora, antes da entrega dos materiais, deve convocar um funcionário do CIGIP, para o acompanhamento da entrega no Município Credenciado.
13.2. A entrega **será efetuada conforme a necessidade**, de acordo com planilha elaborada pelo CIGIP.
13.3. Os Materiais Elétricos deverão apresentar qualidade, marca e especificações idênticas às mencionadas na proposta comercial da Adjudicatária.
13.4. A entrega dos objetos se fará durante o horário de funcionamento de cada Município consorciado, salvo por motivo justificável, fruto de caso fortuito ou força maior, que deverá ser analisado por funcionário do CIGIP e servidor designado.
13.5. O prazo de entrega do objeto será de 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.

13.5.1. Se a licitante vencedora recusar-se injustificadamente a entregar os objetos no prazo estabelecido, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades previstas neste Edital, sem prejuízo da aplicação de outras cabíveis.

13.6. Os Materiais Elétricos serão entregues na(s) sedes dos Municipios, no(s) endereços indicados pelo CIGIP.
13.7. Os Materiais Elétricos, no ato da entrega, deverão estar acompanhados da Nota fiscal descritiva, constando número da Ordem de Fornecimento, dados da conta bancária para depósito do pagamento, sendo atestados por um funcionário do CIGIP, Servidor da Prefeitura e Motorista responsável pela entrega.
13.8. O ato de recebimento dos objetos licitados, não importa em sua aceitação. A critério do CIGIP será submetido a sua verificação, cabendo a fornecedora, a troca dentro de 24 (vinte e quatro) horas, do objeto que vier a ser recusado por não se enquadrar nas especificações estipuladas, apresentar defeitos de fabricação ou dano em geral, identificado no ato da entrega ou no período de verificação.
13.9. **Todo Material tem que ser NACIONAL.**
13.10. A empresa Vencedora tem que deixar uma amostra de cada produto do respectivo item que ganhou.

14. DA GARANTIA DOS MATERIAIS:

14.1. A licitante responderá solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que tornem os Materiais Elétricos impróprios ou inadequados a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com as indicações constantes da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o CIGIP exigir a substituição das partes viciadas.

14.1.1. Não sendo o vício sanado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, poderá o CIGIP exigir, alternativamente e à sua escolha:

I - a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso;
II - a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;
III - o abatimento proporcional do preço.

14.2. A licitante deverá garantir a entrega dos Materiais Elétricos, objeto da proposta, com prazo de garantia contra eventuais defeitos de fabricação de no mínimo 90 (noventa) dias, nos termos do inciso II, do Art. 26 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, contado da data do seu recebimento.

15. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

15.1. O pagamento à licitante vencedora será efetuado em até 30 (dias) a partir da entrada da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada por quem de direito.
15.2. O pagamento fica condicionado à comprovação de que a licitante vencedora encontra-se em regular situação fiscal para com a Seguridade Social.
15.3. Nenhum pagamento será feito sem que a licitante vencedora tenha recolhido o valor de multa eventualmente aplicada.
15.4. Havendo erro na fatura/nota fiscal, ou outra circunstância que desaprove a liquidação, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado, até que a adjudicatária tome as medidas saneadoras necessárias.
15.5. O pagamento poderá ser efetuado mediante depósito bancário na conta corrente da licitante vencedora, indicada na proposta de preços, devendo para isto ficar explicitado o nome do Banco, Agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetuado o crédito.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

16.1. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e de ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o CIGIP, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto, perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
16.2. Quando a Adjudicatária não apresentar situação regular no ato da entrega da Ordem de Fornecimento ou da assinatura da Ata de Registro de Preços, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar com o CIGIP, e assim sucessivamente.
16.3. Se a Adjudicatária recusar-se, injustificadamente, a assinar a Ata de Registro de Preços ou a receber a Ordem de Fornecimento, será aplicada multa de 10% (dez por cento) do valor global de sua proposta em favor do CIGIP, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.
16.4. A Adjudicatária ficará sujeita, ainda, às seguintes penalidades pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços:

I - advertência;
II - multa de 2% (dois por cento) do valor total do contrato por infração a qualquer cláusula ou condição estabelecida na Ata de Registro de Preços, aplicada em dobro na reincidência.

16.5. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
16.6. Se o valor da multa não for pago, será cobrado administrativamente, podendo,

ainda, ser cobrado judicialmente.
16.7. O valor da(s) multa(s) aplicada(s) deverá(ão) ser recolhida(s) em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas do CIGIP, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante.
16.8. As sanções previstas no subitem 16.1 deste edital poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do subitem 16.4, facultada a defesa prévia da interessada no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
16.9. As penalidades serão registradas no Cadastro de Fornecedores.

17. DO CANCELAMENTO DA ATA:

17.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pelos motivos elencados nos artigos 77 e 78 e das formas previstas no artigo 79, da Lei nº 8.666/93.

18. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO:

18.1. Até 02 (dois) dias úteis, antes da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste Pregão, através de petições protocoladas, encaminhadas ao Pregoeiro, na sala de reunião do Setor de Licitação, no endereço expresso no preâmbulo deste Edital. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.
18.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

19.1. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.
19.2. A apresentação de proposta implicará na plena aceitação por parte da licitante das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
19.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia de início e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente no CIGIP.
19.4. O Presidente poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público, derivados de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
19.5. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.
19.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública de pregão.
19.7. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do CIGIP e a segurança da contratação.
19.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
19.9. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA GESTÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2013

ANEXO I

LOTE 01

ITENS	MATERIAS ELÉTRICOS	QUANTIDADE	UNIDADE
	ACESSÓRIOS PARA POSTE		
1.1	Suporte para cabeça de poste de ferro Galvanizado a fogo para uma petala com encaixe para 2"	200	Unidade
1.2	Suporte para cabeça de poste de ferro Galvanizado a fogo para duas petalas com encaixe para 2"	200	Unidade
1.3	Suporte para cabeça de poste de ferro Galvanizado a fogo para três petalas com encaixe para 2"	200	Unidade
1.4	Suporte para cabeça de poste de ferro Galvanizado a fogo para quatro petalas com encaixe para 2"	200	Unidade
	TIPOS DE LUMINÁRIAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS		
2.1	Lumínaria Aberta I1 E-27	5000	Unidade
2.2	Lumínaria pública Aberta I2 E-40	2000	Unidade
2.3	Lumínaria pública Aberta I3 E-40	700	Unidade
2.4	Lumínaria pública I3 (Fechada) com alojamento para reator de 250W a 400w	500	Unidade
2.5	Luminária pública Tipo Pétala fechada E-40	250	Unidade
2.6	Luminária pública Tipo Pétala fechada E-40 com alojamento para reator de 250W a 400w	300	Unidade
2.7	Luminária pública Tipo Pétala aberta E-40	300	Unidade
2.8	Luminária Tipo Pétala Fechada (FIBRA DE VIDRO)	300	Unidade
2.9	M08 Luminária fechada	300	Unidade
2.10	M09 Luminária fechada	300	Unidade
2.11	Luminária de sobrepor/pendente , Chapa de aço, tratada e pintura eletrostática branca, para 2 x Fluor. 16/18/20W	2000	Unidade
2.12	Luminária de sobrepor/pendente , Chapa de aço, tratada e pintura eletrostática branca, para 2 x Fluor. 32/36/40W	2000	Unidade
2.13	Luminária bola leitosa 500mm em polietileno	500	Unidade
2.14	Poste Reto Simples com Base e Chumbadores 4 m. Galvanizado a fogo	200	Unidade
2.15	Poste Reto Simples com Base e Chumbadores 5 m. Galvanizado a fogo	200	Unidade
2.16	Poste Reto Simples com Base e Chumbadores 6 m. Galvanizado a fogo	200	Unidade

2.17	Poste Reto Simples com Base e Chumbadores 8 m. Galvanizado a fogo	100	Unidade
2.18	Poste Reto Simples com Base e Chumbadores 10 m. Galvanizado a fogo	100	Unidade
2.19	Poste Reto Simples com Base e Chumbadores 12 m. Galvanizado a fogo	100	Unidade
2.20	Poste Reto Simples com Base e Chumbadores 14 m. Galvanizado a fogo	100	Unidade
2.21	Poste Reto Simples Engastado 4 m. Galvanizado a fogo	150	Unidade
2.22	Poste Reto Simples Engastado 5 m. Galvanizado a fogo	150	Unidade
2.23	Poste Reto Simples Engastado 6 m. Galvanizado a fogo	150	Unidade
2.24	Poste Reto Simples Engastado 8 m. Galvanizado a fogo	100	Unidade
2.25	Poste Reto Simples Engastado 10 m. Galvanizado a fogo	100	Unidade
2.26	Poste Reto Simples Engastado 12 m. Galvanizado a fogo	100	Unidade
2.27	Poste Reto Simples Engastado 14 m. Galvanizado a fogo	100	Unidade
2.28	Poste Curvo Simples com Base e Chumbadores 5 m. Galvanizado a fogo	200	Unidade
2.29	Poste Curvo Simples com Base e Chumbadores 6 m. Galvanizado a fogo	200	Unidade
2.30	Poste Curvo Simples com Base e Chumbadores 8 m. Galvanizado a fogo	200	Unidade
2.31	Poste Curvo Simples com Base e Chumbadores 10 m. Galvanizado a fogo	100	Unidade
2.32	Poste Curvo Duplo com Base e Chumbadores 5 m. Galvanizado a fogo	100	Unidade
2.33	Poste Curvo Duplo com Base e Chumbadores 6 m. Galvanizado a fogo	100	Unidade
2.34	Poste Curvo Duplo com Base e Chumbadores 8 m. Galvanizado a fogo	200	Unidade
2.35	Poste Curvo Duplo com Base e Chumbadores 10 m. Galvanizado a fogo	200	Unidade
2.36	Poste Curvo Simples Engastado 5 m. Galvanizado a fogo	100	Unidade
2.37	Poste Curvo Simples Engastado 6 m. Galvanizado a fogo	100	Unidade
2.38	Poste Curvo Simples Engastado 8 m. Galvanizado a fogo	100	Unidade
2.39	Poste Curvo Simples Engastado 10 m. Galvanizado a fogo	100	Unidade
2.40	Poste Curvo Duplo Engastado 5 m. Galvanizado a fogo	100	Unidade
2.41	Poste Curvo Duplo Engastado 6 m. Galvanizado a fogo	100	Unidade

2.42	Poste Curvo Duplo Engastado 8 m. Galvanizado a fogo	100	Unidade
2.43	Poste Curvo Duplo Engastado 10 m. Galvanizado a fogo Galvanizado a fogo	100	Unidade
2.44	Poste Curvo Duplo COM Base e Chumbador 5 m. Galvanizado a fogo	100	Unidade
2.45	Poste Curvo Duplo COM Base e Chumbador 6 m. Galvanizado a fogo	100	Unidade
2.46	Poste Curvo Duplo COM Base e Chumbador 8 m. Galvanizado a fogo	100	Unidade
2.47	Poste Curvo Duplo COM Base e Chumbador 10 m. Galvanizado a fogo	100	Unidade
2.48	Luminária p/ 1 lâmp. Vapor de sódio 150/250/400W. Refletor regulável em alumínio de alta pureza, vidro plano de proteção ou difosor de policarbonato antivândalos, corpo de alumínio de alta resistência, grau de proteção IP66 em toda luminária, design arredondado.	200	Unidade
2.49	Luminária hermética para 2 lâmpadas de 28W, com difusor em policarbonato, grau de proteção I65.	200	Unidade
2.50	Luminária hermética para 2 lâmpadas de 32W, com difusor em policarbonato, grau de proteção I66.	500	Unidade
2.51	Luminária de sobreporpara um lâmp. Vapor metálico de 250W, difusor prismático de acrílico com diâmetro 22", efeito de iluminação tridimensional	200	Unidade
2.52	Luminária de sobreporpara um lâmp. Vapor metálico de 400W, difusor prismático de acrílico com diâmetro 22", efeito de iluminação tridimensional	200	Unidade
2.53	Luminária decorativa com 2 difusores semi-esféricos moldados em acrílico leitoso ou transparente, unidos por meio de aro de alumínio. Suporte de fixação em liga de alumínio fundido com encaixe para tubo 60,3mm externo. Soquete de porcelana rosca E-27.	200	Unidade
2.54	Luminária decorativa com 2 difusores semi-esféricos moldados em acrílico leitoso ou transparente, unidos por meio de aro de alumínio. Suporte de fixação em liga de alumínio fundido com encaixe para tubo 60,3mm externo. Soquete de porcelana rosca E-40.	200	Unidade
2.55	Luminária pública, corpo com alojamento para equipamento elétrico, tampa e aro em liga de alumínio fundido. Refrator em lente plana de cristal temperado e refletor em chapa de alumínio. Para fixação em poste curvo ou braço, com encaixe até 60,3mm. Soquete de porcelana rosca E-40 para lâmpada 600W	200	Unidade

2.56	Luminária pública, corpo com alojamento para equipamento elétrico, tampa e aro em liga de alumínio fundido. Refrator em lente plana de cristal temperado e refletor em chapa de alumínio. Para fixação em poste curvo ou braço, com encaixe de 48,5mm ou 60,3mm. Soquete de porcelana rosca E-27 ou E-40 para lâmpada 70/100/150W	400	Unidade
2.57	Luminária pública, corpo com alojamento para equipamento elétrico, tampa e aro em liga de alumínio fundido. Refrator em lente plana de cristal temperado e refletor em chapa de alumínio. Para fixação em poste curvo ou braço, com encaixe de 48,5mm ou 60,3mm. Soquete de porcelana rosca E-40 para lâmpada 150/250W	300	Unidade
2.58	Luminária pública, corpo com alojamento para equipamento elétrico, tampa e aro em liga de alumínio fundido. Refrator em lente plana de cristal temperado e refletor em chapa de alumínio. Para fixação em poste curvo ou braço, com encaixe de 48,5mm ou 60,3mm. Soquete de porcelana rosca E-40 para lâmpada 250/400W	200	Unidade
2.59	Luminária pública, corpo com alojamento para equipamento elétrico, tampa e aro em liga de alumínio fundido. Refrator em lente plana de cristal temperado e refletor em chapa de alumínio. Para fixação em poste curvo ou braço, com encaixe de até 60,3mm. Soquete de porcelana rosca E-40 para lâmpada /150/250/400W	200	Unidade
2.60	Projetor em Aluminío Anodizado, Receptáculo E-40 para lâmpada até 400W	300	Unidade
2.61	Projetor em Aluminío Anodizado, Receptáculo E-40 para lâmpada até 2000W	200	Unidade
	BRAÇOS		
3.1	Braço Reto de 1,00M feito de tubo de aço Galvanizado a fogo de 25,4mm²	5000	Unidade
3.2	Braço Curvo de 1,00M feito de tubo de aço Galvanizado a fogo de 25,4mm²	3000	Unidade
3.3	Braço Reto de 1,50M feito de tubo de aço Galvanizado a fogo de 33mm²	2000	Unidade
3.4	Braço curvo de 1,50M feito de tubo de aço Galvanizado a fogo de 33mm²	2000	Unidade
3.5	Braço curvo de 2,00M feito de tubo de aço Galvanizado a fogo de 48,3mm²	5000	Unidade
3.6	Braço Reto de 2,00M feito de tubo de aço Galvanizado a fogo de 48,3mm² a 60,3mm²	2000	Unidade
3.7	Braço curvo de 3;00M feito de tubo de aço Galvanizado a fogo de 60,3mm²	3000	Unidade
	COMPONENTES DE UMA UIP		

4.1	Parafuso cabeça quadrada aço 16 x 250 com Porca	15.000	Unidade
4.2	Arruela quadrada de 16mm	20.000	Unidade
4.3	Receptáculo de Louça reforçado E-27	10000	Unidade
4.4	Receptáculo de Louça reforçado E-40	4000	Unidade
4.5	Receptáculo de Plastico rabicho E-27	1000	Unidade
4.6	Relé foto celula eletrônico com faixa de tensão entre 105V a 305V	15.000	Unidade
4.7	Base para Rele fotoeletrico	15.000	Unidade
	LÂMPADAS FLUORESCENTES		
5.1	Lâmpada Flourescente Compacta 8 W 220-240V E27	2.000	Unidade
5.2	Lâmpada Flourescente Compacta 14 W 220-240V E27	2.500	Unidade
5.3	Lâmpada Flourescente Compacta 20 W 220-240V E27	2.500	Unidade
5.4	Lâmpada Flourescente Tubular de 20 W 220-240V	2.500	Unidade
5.5	Lâmpada Flourescente Tubular de 32 W 220-240V	2.500	Unidade
5.6	Lâmpada Flourescente Tubular de 40 W 220-240V E30	2.500	Unidade
	LÂMPADAS HALÓGENAS		
6.1	Lâmpada halogena 150w	150	Unidade
6.2	Lâmpada halogena 300w	150	Unidade
6.3	Lâmpada halogena 500w	100	Unidade
6.4	Lâmpada halogena 1000w	50	Unidade
	LÂMPADAS VAPOR MERCÚRIO		
7.1	Lâmp. Vapor Mercúrio 80w E27 Ovóide	2500	Unidade
7.2	Lâmp. Vapor Mercúrio 125w E27 Ovóide	1500	Unidade
7.3	Lâmp. Vapor Mercúrio 250w E40 Ovóide / Tubular	1000	Unidade
7.4	Lâmp. Vapor Mercúrio 400w E40 Ovóide / Tubular	500	Unidade
	LÂMPADAS VAPOR METÁLICO		
8.1	Lâmp. Vapor Metálico 70w E27 Ovóide / Leitosa	1000	Unidade
8.2	Lâmp. Vapor Metálico 70w E27 Tubular	500	Unidade
8.3	Lâmp. Vapor Metálico 150w E40 Tubular	1.500	Unidade
8.4	Lâmp. Vapor Metálico 150w E27 ovódie /Clara	1.500	Unidade
8.5	Lâmp. Vapor Metálico HQI 150w E27 R7s colorida (amar, azul, verde, verm). Ovóide	500	Unidade
8.6	Lâmp. Vapor Metálico 250w E40 Tubular	2.500	Unidade
8.7	Lâmp. Vapor Metálico 250w E40 Ovóide	2.500	Unidade
8.8	Lâmp. Vapor Metálico 400w E40 Tubular	2.500	Unidade
8.9	Lâmp. Vapor Metálico 400w E40 (Ovóide	2.500	Unidade

	Leitosa) Ovóide		
8.10	Lâmp. Vapor Metálico HQI 400w E40 Colorida, (Amar, Azul, Verde,Verm) Tubular	500	Unidade
8.11	Lâmp. Vapor Metálico HQI 400w E40 Colorida, (Amar, Azul, Verde,Verm) Ovóide	500	Unidade
8.12	Lâmp. Vapor Metálico 1000w E40 Tubular	400	Unidade
8.13	Lâmp. Vapor Metálico 2000w E40 Ovóide	200	Unidade
	LÂMPADAS VAPOR DE SÓDIO		
9.1	Lâmp. Vapor de Sódio de 70w E27 Tubular	10.000	Unidade
9.2	Lâmp. Vapor de Sódio de 70w E27 Ovóide Leitosa	10.000	Unidade
9.3	Lâmp. Vapor de Sódio de 100w E 27 Tubular	2.000	Unidade
9.4	Lâmp. Vapor de Sódio de 100w E 27 Ovóide	1.000	Unidade
9.5	Lâmp. Vapor de Sódio de 150w E27 Tubular	2.000	Unidade
9.6	Lâmp. Vapor de Sódio de 150w E27 Ovóide Leitosa	2.000	Unidade
9.7	Lâmp. Vapor de Sódio de 150w E40 Tubular	5.500	Unidade
9.8	Lâmp. Vapor de Sódio de 150w E40 Ovóide Leitosa / clara	5.500	Unidade
9.9	Lâmp. Vapor de Sódio de 250w E40 Tubular	4.500	Unidade
9.10	Lâmp. Vapor de Sódio de 250w E40 Ovóide Leitosa / clara	4.500	Unidade
9.11	Lâmp. Vapor de Sódio de 350w E40 Ovóide Leitosa / clara	1.000	Unidade
9.12	Lâmp. Vapor de Sódio de 400w E40 Tubular	4.500	Unidade
9.13	Lâmp. Vapor de Sódio de 400w E40 Ovóide Leitosa/ clara	5.000	Unidade
9.14	Lâmp. Vapor de Sódio de 1000w E40 Tubular	200	Unidade
	REATORES ELETROMAGNÉTICOS		
10.1	Reator Eletromagnético para Lâmpadas flourescentes, partida rápida, 220V 20W	2500	Unidade
10.2	Reator Eletromagnético para Lâmpadas flourescentes, partida rápida, 220V 32W	2500	Unidade
10.3	Reator Eletromagnético para Lâmpadas flourescentes, partida rápida, 220V 40W	2500	Unidade
	REATORES VAPOR DE MERCÚRIO		
11.1	Reator Vapor Mercúrio AE 80w AF de 220W uso externo	1.500	Unidade
11.2	Reator Vapor Mercúrio AE 125w AF de 220W uso externo	800	Unidade
11.3	Reator Vapor Mercúrio AE 250w AF de 220W uso externo	600	Unidade
11.4	Reator Vapor Mercúrio AE 400w AF de 220W uso externo	400	Unidade
	REATORES VAPOR METÁLICO/SÓDIO		
12.1	Reator Vapor Metálico AE 70w AF de 220W uso externo	13.000	Unidade

12.2	Reator Vapor de Sódio AE 100w AF de 220W uso externo (PINTADO)	2.000	Unidade
12.3	Reator Vapor Metálico AE 150w AF de 220W uso externo	13.000	Unidade
12.4	Reator Vapor Metálico AE 250w AF de 220W uso externo	12.000	Unidade
12.5	Reator Vapor Metálico AE 400w AF de 220W uso externo	11.000	Unidade
12.6	Reator Vapor Metálico AE 1000wAF de 220W uso externo	500	Unidade
12.7	Reator Vapor Metálico AE 2000w AF de 220W uso externo	200	Unidade
	FIOS E CABOS		
13.1	Fio Sólido de 1.5mm² (Anti chama) colorido (PÇ)	30.000	Unidade
13.2	Fio Sólido de 2.5mm² (Anti chama) colorido (PÇ)	25.000	Unidade
13.3	Fio Sólido de 4,0mm² (Anti chama) colorido (PÇ)	10.000	Unidade
13.4	Fio Sólido de 6,0mm² (Anti chama) colorido (PÇ)	5.000	Unidade
13.5	Fio Sólido de 10,0mm² (Anti chama) colorido (PÇ)	3.000	Unidade
13.6	Fio Sólido de 16,0mm² (Anti chama) (PÇ)	1.500	Unidade
13.7	Cabo Flexivél de 2.5mm² (Anti chama) colorido (PÇ)	10.000	Unidade
13.8	Cabo Flexivél de 4,0mm² (Anti chama) colorido (PÇ)	5.000	Unidade
13.9	Cabo Flexivél de 6,0mm² (Anti chama) colorido (PÇ)	4.000	Unidade
13.10	Cabo Flexivél de 2,5mm² (Anti chama) Torcido (PÇ)	5.000	Unidade
13.11	Cabo Flexivél de 4,0mm² (Anti chama) Torcido (PÇ)	5.000	Unidade
	FITAS		
14.1	Fita Isólante anti-chama de Baixa Tensão de 20M (PÇ)	3.000	Unidade
14.2	Fita Isólante anti-chama de Alta Tensão de 10M (PÇ)	500	Unidade
	KITS DE ENTRADA		
15.1	KIT PADRÃO DE ENTRADA MONOFÁSICO	300	Unidade
15.2	KIT PADRÃO DE ENTRADA TRIFÁSICO	200	Unidade
	DISJUNTORES TERMOMAGNÉTICOS		
16.1	Disjuntor Termomagnético Monopolar 10A	200	Unidade
16.2	Disjuntor Termomagnético Monopolar 16A	200	Unidade
16.3	Disjuntor Termomagnético Monopolar 20A	150	Unidade
16.4	Disjuntor Termomagnético Monopolar 25A	150	Unidade
16.5	Disjuntor Termomagnético Tripolar 32A	100	Unidade
16.6	Disjuntor Termomagnético Tripolar 40A	50	Unidade
16.7	Disjuntor Termomagnético Tripolar 50A	50	Unidade

16.8	Disjuntor Termomagnético Tripolar 63A	100	Unidade
16.9	Disjuntor Termomagnético Tripolar 100A	100	Unidade
	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL		
17.1	Capacete Aba Frontal com Jugular	200	Unidade
17.2	Bota de Couro	200	Unidade
17.3	Cinto de Segurança para Eletricista	70	Unidade
17.4	Talabarte em Couro e Nylon Vucanizado	70	Unidade
17.5	Espora Para Poste duplo "T"	70	Unidade
17.6	Óculos de Segurança Facial	150	Unidade
17.7	Luva Vaqueta de Couro ou Raspa	100	Unidade
17.8	Luva de Alta Tensão Classe 0 para 1000V	70	Unidade
17.9	Luva de Cobertura em Vaqueta (couro)	70	Unidade
17.10	Alicate Universal Isol "8"	100	Unidade
17.11	Jogo de Chave de Fenda (4 peças)	60	Unidade
17.12	Jogo de Chave Phillips (4 Peças)	60	Unidade
17.13	Chave de Boca (19/20 - 21/22)	70	Unidade
17.14	Chave Grifo cabo Emborrachado (8" e 12")	70	Unidade
17.15	Jogo de Cache Conbinada	60	Unidade
17.16	Teste Neon	150	Unidade
17.17	Escada de Fibra de Vidro com Alcance de 8M	25	Unidade
	EQUIPAMENTOS DE REDE PREDIAL		
18.1	Caixa de embutir para alvenaria 4x4" com entradas descentralizadas de 1/2" e 3/4" nas laterais inferior e superior	1000	Unidade
18.2	Caixa de embutir para alvenaria 4x2" com entradas descentralizadas de 1/2" e 3/4" nas laterais inferior e superior	2500	Unidade
18.3	Eletroduto preto PVC Rigido 1/2", 3000mm (vara) Rosca	400	Unidade
18.4	Eletroduto preto PVC Rigido 1/2", 3000mm (vara) Cola e Bosça	400	Unidade
18.5	Eletroduto preto PVC Rigido 3/4", 3000mm (vara) Rosca	400	Unidade
18.6	Eletroduto preto PVC Rigido 3/4", 3000mm (vara) Cola e Bolça	300	Unidade
18.7	Eletroduto preto PVC Rigido 1", 3000mm (vara) Rosca	250	Unidade
18.8	Eletroduto preto PVC Rigido 1", 3000mm (vara) Cola e Bolça	500	Unidade
18.9	Eletroduto preto PVC Rigido 1 1/4", 3000mm (vara) Cola e Bolça	150	Unidade
18.10	Eletroduto preto PVC Rigido 1 1/2", 3000mm (vara) Cola e Bolça	150	Unidade
18.11	Eletroduto preto PVC Rigido 2", 3000mm (vara) Rosca	100	Unidade

18.12	Eletroduto preto PVC Rigido 2", 3000mm (vara) Cola e Bolça	100	Unidade
18.13	Eletroduto preto PVC Rigido 2 1/2", 3000mm (vara) Rosca	100	Unidade
18.14	Eletroduto preto PVC Rigido 3", 3000mm (vara) Rsca	100	Unidade
18.15	Eletroduto preto PVC Rigido 4", 3000mm (vara) Rosca	100	Unidade
18.16	Luva preta PVC 1/2"	200	Unidade
18.17	Luva preta PVC 3/4"	200	Unidade
18.18	Luva preta PVC 1"	150	Unidade
18.19	Luva preta PVC 1 1/4"	200	Unidade
18.20	Luva preta PVC 1 1/2"	200	Unidade
18.21	Luva preta PVC 2"	200	Unidade
18.22	Luva preta PVC 2 1/2"	200	Unidade
18.23	Luva preta PVC 3"	200	Unidade
18.24	Luva preta PVC 4"	200	Unidade
18.25	Curva 90 preta PVC 1/2"	300	Unidade
18.26	Curva 90 preta PVC 3/4"	250	Unidade
18.27	Curva 90 preta PVC 1"	150	Unidade
18.28	Curva 90 preta PVC 1 1/4"	150	Unidade
18.29	Curva 90 preta PVC 1 1/2"	150	Unidade
18.30	Curva 90 preta PVC 2"	100	Unidade
18.31	Curva 90 preta PVC 2 1/2"	100	Unidade
18.32	Curva 90 preta PVC 3"	100	Unidade
18.33	Curva 90 preta PVC 4"	100	Unidade
18.34	Soquete antivibratório inclinado com prensa cabo	150	Unidade
18.35	Tomadinha com rabicho 13,7cm	200	Unidade
18.36	Porta Starter com rabicho 13,7 cm (branco)	500	Unidade
18.37	Abraçadeira curta de aço flourescente 20/40W (T10/12), altura 52mm	150	Unidade
18.38	3 Interruptores simples com placa 2x4	200	Unidade
18.39	1 tomada Universal 2P+T + Interruptor Simples com placa 2x4	250	Unidade
18.40	1 tomada Universal 2P+T corpo PR/Tampa AM	500	Unidade
18.41	Plugue Macho 2P+T	200	Unidade
18.42	Plugue Fêmea 2P+T	200	Unidade
18.43	Haste de 5/8" e Comprimento 2,4m	200	Unidade
18.44	Conector para Haste de Aterramento - TH - 5/8"	200	Unidade

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA GESTÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2013

ANEXO II - MODELO

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO EDITAL

(Nome da empresa) _____, CNPJ Nº_____, sediada_____ (endereço completo), por intermédio de seu(ua) representante legal o(a) Senhor(a)_____, portador(a) do Registro Geral nº. _____e CPF nº _____, DECLARA para efeito do Pregão Presencial nº. 01/2013, realizado no Consórcio Intermunicipal para Gestão da Iluminação Pública (CIGIP), que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, nos termos do art. 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, ciente das penalidades cabíveis.

Local e data

_____
(Nome e assinatura do representante)

**Este documento deverá ser impresso em papel timbrado da licitante.*

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2013

ANEXO III - MODELO

DECLARAÇÃO EM RELAÇÃO AO TRABALHO DE MENORES

(Nome da Empresa) _____, inscrita no CNPJ/MF nº _____, por intermédio de seu(ua) representante legal o(a) Senhor(a)_____, portador(a) do Registro Geral nº. _____e CPF/MF nº _____, DECLARA, para efeitos do Pregão Presencial nº 01/2013 e para fins do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 e disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº. 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/2002, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis anos).

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.
Observação: se a licitante possuir maiores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

Local e data

_____
(Nome e assinatura do representante)

**Este documento deverá ser impresso em papel timbrado da licitante.*

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA GESTÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2013

ANEXO IV - MODELO

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

(Nome da Empresa) _____, CNPJ/MF nº _____sediada (endereço completo) _____, por intermédio de seu(ua) representante legal o(a) Senhor(a)_____, portador(a) do Registro Geral nº. _____e CPF/MF nº _____, DECLARA sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no Pregão Presencial nº 06/2013, realizado no Consórcio Intermunicipal para Gestão da Iluminação Pública (CIGIP), ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data

_____

(Nome e assinatura do representante)

**Este documento deverá ser impresso em papel timbrado da licitante.*

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA GESTÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2013

ANEXO V - MODELO

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(Nome da Empresa) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins de comprovação no Pregão Presencial nº 01/2013, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE,** conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Local e data

_____

(Nome e assinatura do representante)

**Este documento deverá ser impresso em papel timbrado da licitante.*

OBS.:1) Assinalar com um "X" a condição da empresa.

2) Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, antes da abertura da Sessão, e separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas empresas que pretenderem se beneficiar do regime diferenciado e favorecido previsto Lei Complementar nº 123/2006.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2013

ANEXO VI

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2013 – OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS.

Aos XXXX dias do mês de XXXXXXX do ano de 20XX, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA GESTÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA (CIGIP)**, com Sede na Av. Dom Antonio Brandão, 228, Farol, Maceió/AL, inscrito no CNPJ sob nº 08.917.588/0001-54, neste ato representado pelo Presidente do CIGIP, Arlindo Garrote da Silva Neto, inscrito no CPF sob nº 045.599.224-03, residente e domiciliado na Cidade de Estrela de Alagoas, em seqüência denominada simplesmente **Órgão Gerenciador** e a pessoa jurídica **XXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob n.º XXXXXXXXXXX, com sede XXXXXXXXXXXX, neste ato, representada pelo Sr. **XXXXXXXXXXXXXXX**, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) da Cédula de identidade RG nº XXXXXXX – SSP/XX, inscrito(a) no CPF/MF sob n.º XXXXXXXXX, residente e domiciliado(a) na XXXXXXXXXXXX, e, daqui por diante, denominada simplesmente **Fornecedora Registrada**, resolvem, na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e do Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, bem como pela Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, firmar a presente **Ata de Registro de Preços**, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do CIGIP, que emitiu seu parecer, conforme determina o Parágrafo Único do Art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes condições:

1. Do objeto:

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para **FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS**, destinados aos Municípios Consorciados do CIGIP, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 01/2013, conforme abaixo:

Lote XX:

Item	Especificações do Objeto	Marca	Qtde.	Preço Unitário	Preço Total
XX	XXXXXXXXX	XXXXXX	XXXX	XXXX	XXXXX
XX	XXXXXXXXX	XXXXXX	XXXX	XXXX	XXXXX
VALOR TOTAL DO LOTE					XXXXX

2. Da vigência:

2.1. A presente Ata de Registro de Preços vigerá por **12 (doze) meses**, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, conforme dispõe o § 2º, do Art. 4º do Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2001.

3. Das obrigações:

3.1. O Órgão Gerenciador obriga-se a:

a) efetuar o pagamento à Fornecedora Registrada, de acordo com o prazo estabelecido nesta ATA;

b) comunicar formal e imediatamente à Fornecedora Registrada qualquer anormalidade no fornecimento dos bens, podendo recusá-los caso não estejam de acordo com as exigências estabelecidas no edital de Pregão Presencial nº 01/2013 e seus anexos;

c) prestar, através de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

d) assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na Ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

e) assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para o Órgão Gerenciador, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

f) renegociar os valores contratados, cujos preços sejam considerados desvantajosos;

g) fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

h) aplicar as penalidades por descumprimento das obrigações assumidas.

3.1.1. A fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Fornecedora Registrada pela completa e perfeita execução do fornecimento.

3.2. A Fornecedora Registrada obriga-se a:

a) arcar com todos os custos que incidam direta ou indiretamente sobre os Materiais Elétricos ofertados na licitação;

b) manter firme sua proposta durante o prazo de validade da mesma;

c) entregar os Materiais Elétricos em conformidade com o que foi licitado;

d) entregar os Materiais Elétricos nos endereços e prazo indicados no edital;

e) Entregar os Materiais Elétricos dentro do prazo estabelecido pelo Órgão Gerenciador, contado desde o recebimento da Ordem de Fornecimento, nas quantidades propostas e no local indicado;

f) corrigir eventuais falhas no cumprimento de suas obrigações no prazo estabelecido pelo representante do Órgão Gerenciador;

g) entregar os Materiais Elétricos durante o horário de funcionamento do Órgão Gerenciador, salvo por motivo justificável, fruto de caso fortuito ou força maior, que deverá ser analisado por servidor designado;

h) abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador;

i) responder por eventuais danos causados ao Órgão Gerenciador ou a terceiros durante a vigência desta Ata por seus agentes ou prepostos;

j) manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços as condições de habilitação exigidas no edital.

4. Do fornecimento:

4.1. Os fornecimentos dos itens registrados em Ata serão solicitados mediante o envio da respectiva Ordem de Fornecimento.

4.2. Cada Ordem de Fornecimento conterá sucintamente a quantidade, descrição do produto, valor, assinatura do requisitante e data de expedição.

4.3. A Ordem de Fornecimento poderá ser enviada via fax à Fornecedora Registrada ou por qualquer outro meio hábil.

4.4. Poderão ser emitidas mais de uma Ordem de Fornecimento por mês.

4.5. Os itens solicitados através da Ordem de Fornecimento deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal, dela constando os valores unitários e totais, descrição do produto e a quantidade dos respectivos itens.

4.6. A Fornecedora Registrada ficará obrigada a atender todas as solicitações efetuadas através das Ordens de Fornecimentos emitidas durante a vigência da Ata, mesmo se a entrega delas decorrente for prevista para data posterior ao seu vencimento.

4.7. O objeto poderá ter suas quantidades alteradas dentro dos limites estabelecidos na Lei nº 8.666/93.

5. Do Recebimento:

5.1. Os Materiais Elétricos, objeto desta licitação, deverão ser entregues ao Órgão Gerenciador, de forma parcelada, em conformidade com a Ordem de Fornecimento, de acordo com a necessidade dos Município Consorciados do CIGIP.

5.2. Os Materiais Elétricos deverão apresentar qualidade, marca e especificações idênticas às mencionadas na proposta comercial da Fornecedora Registrada, e todo material tem que ser Nacional.

5.3. O prazo de entrega do objeto será de 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.

5.3.1. Se a Fornecedora Registrada recusar-se injustificadamente a entregar os Materiais Elétricos no prazo estabelecido, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, sujeitando-se à desistente as penalidades previstas nesta Ata, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

5.4. Os Materiais Elétricos serão entregues no(s) endereço(s) fornecido(s) pelo Órgão Gerenciador.

5.5. Os Materiais Elétricos, no ato da entrega, deverão estar acompanhados da Nota fiscal descritiva, constando número da Ordem de Fornecimento, dados da conta bancária para depósito do pagamento, quando for o caso, atestados pelo funcionário do CIGIP, servidor do Município e Motorista responsável pela entrega.

5.6. O ato de recebimento dos materiais licitados, não importa em sua aceitação. A critério do Órgão Gerenciador será submetido a sua verificação, cabendo a Fornecedora Registrada, a troca dentro de 24 (vinte e quatro) horas, do(s) objeto(s) que vier(em) a ser recusado(s), por não se enquadrar(em) nas especificações estipuladas, apresentar defeitos de fabricação ou dano em geral, identificado no ato do recebimento ou no período de verificação.

6. DA GARANTIA DOS MATERIAIS:

6.1. A Fornecedora Registrada responderá solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que tornem os Materiais Elétricos impróprios ou inadequados a que se destinam, ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com as indicações constantes da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o Órgão Gerenciador exigir a substituição das partes viciadas.

6.1.1. Não sendo o vício sanado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, poderá o Órgão Gerenciador exigir, alternativamente e à sua escolha:

I - a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso;

II - a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;

III - o abatimento proporcional do preço.

6.2. A Fornecedora Registrada deverá garantir a entrega dos Materiais Elétricos, objeto da proposta, com prazo de garantia contra eventuais defeitos de fabricação de no mínimo 90 (noventa) dias, nos termos do inciso II, do Art. 26 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, contado da data do seu recebimento.

7. Do Pagamento:

7.1. O pagamento à Fornecedora Registrada será efetuado em até 30 (dias) a partir da entrada da Nota Fiscal, devidamente atestada por quem de direito.

7.2. O pagamento fica condicionado à comprovação de que a Fornecedora Registrada encontra-se em regular situação fiscal para com as fazendas estadual e federal.

7.3. Nenhum pagamento será feito sem que a Fornecedora Registrada tenha recolhido o valor de multa eventualmente aplicada.

7.4. Havendo erro na nota fiscal, ou outra circunstância que desaprove a liquidação, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado, até que a Fornecedora Registrada tome as medidas saneadoras necessárias.

7.5. O pagamento poderá ser efetuado mediante depósito bancário na conta corrente da Fornecedora Registrada, indicada na proposta de preços, devendo para isto ficar explicitado o nome do Banco, Agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetuado o crédito.

8. Da Dotação Orçamentária:

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento dos Materiais Elétricos serão cobertas pela dotação, para o exercício de 2013, consignadas nas seguintes rubricas:
Dotação orçamentária: 01.10.15.452.0000.2.001 – Manutenção e Cadastramento da Iluminação Pública - CIGIP
Elemento de despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo.

9. Do Reajuste e Das Alterações:

9.1. Os preços ofertados serão fixos e irreajustáveis. No entanto, os valores constantes da Ata de Registro de Preços poderão ser repactuados, desde que comprovado o desequilíbrio econômico financeiro, devidamente fundamentado pela autoridade superior.

9.2. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.3. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador promover as necessárias negociações junto à Fornecedora Registrada.

9.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado no mercado, o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar a Fornecedora Registrada visando à negociação para redução de preços e sua conseqüente adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, a Fornecedora Registrada será liberada do compromisso assumido;

c) convocar as demais fornecedoras visando igual oportunidade de negociação.

9.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a Fornecedora Registrada, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

a) liberar a Fornecedora Registrada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

b) convocar as demais fornecedoras visando igual oportunidade de negociação.

9.6. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata, adotando as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

10. Das penalidades:

10.1. A Fornecedora Registrada que ensejar o retardamento, falhar ou fraudar na execução desta Ata, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantindo o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.2. Pela infração das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, o Órgão Gerenciador poderá, ainda, garantida a prévia defesa, aplicar à Fornecedora Registrada as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa de 2% (dois por cento) do valor total registrado nesta Ata por infração a qualquer cláusula ou condição do fornecimento, aplicada em dobro na reincidência.

10.3. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

10.4. Se o valor da multa não for pago, será cobrado administrativamente, podendo, ainda, ser cobrado judicialmente.

10.5. O valor da(s) multa(s) aplicada(s) deverá(ão) ser recolhida(s) em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas do CIGIP, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pelo Órgão Gerenciador.

10.6. A sanção prevista no subitem 10.1 poderá ser aplicada juntamente com a do inciso II, do subitem 10.2, facultada a defesa prévia da interessada no respectivo processo, no prazo de (10) dez dias úteis.

10.7. As penalidades serão registradas no Cadastro Municipal de Fornecedores, e no caso de impedimento de licitar e contratar com o CIGIP, a Fornecedora Registrada será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no subitem 10.2 desta Ata e das demais cominações legais.

11. Do Cancelamento do Registro:

11.1. A Fornecedora Registrada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não entregar os bens objeto da Ordem de Fornecimento devidamente expedida, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

d) tiver presentes razões de interesse público.

11.2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

11.3. A Fornecedora Registrada poderá solicitar o cancelamento do seu preço registrado na ocorrência de fato superveniente, devidamente comprovado, que venha comprometer a perfeita execução dos compromissos assumidos, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

12. Da Publicação:

12.1. Incumbirá ao Órgão Gerenciador providenciar a publicação desta Ata, por extrato, na imprensa oficial, dentro do prazo de 20 (vinte) dias da data da sua assinatura.

13. Das disposições gerais:

13.1. Independente de sua transcrição, o edital, a proposta de preços e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pela Fornecedora Registrada farão parte desta Ata de Registro de Preços.

14. Do foro:

14.1 Fica eleito o foro da Comarca do Órgão Gerenciador para dirimir qualquer dúvida oriunda desta Ata de Registro de Preços, com renúncia de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelas signatárias deste instrumento, tendo sido arquivada uma via na Sede do CIGIP.

Maceió/AL, XX de XXXXXXX de 2013.

ARLINDO GARROTE DA SILVA NETO
Diretor Presidente
Órgão Gerenciador

_____
Representante da Fornecedora Registrada

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA GESTÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

PREGÃO Nº 01/2013

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

_____ (nome empresarial da licitante), inscrita no CNPJ nº: _____ com sede na _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF/MF nº _____, para fins do disposto no edital, DECLARA, sob as penas da lei, em especial o artigo nº 299 do Código Penal Brasileiro, especificamente para participação na licitação, Pregão nº 01/2013 que:

g) A proposta apresentada para participar da licitação acima mencionada foi elaborada de maneira independente por esta licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

h) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação acima mencionada não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

i) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada quanto a participar ou não da referida licitação;

j) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação acima mencionada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

k) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação acima mencionada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do CIGIP antes da abertura oficial das propostas;

l) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____ , _____ de _____ de 2013.

_____

(assinatura do representante legal)

Observação: Esta Declaração deverá ser entregue fora dos envelopes de "Proposta de Preços" e de "Documentos de Habilitação".